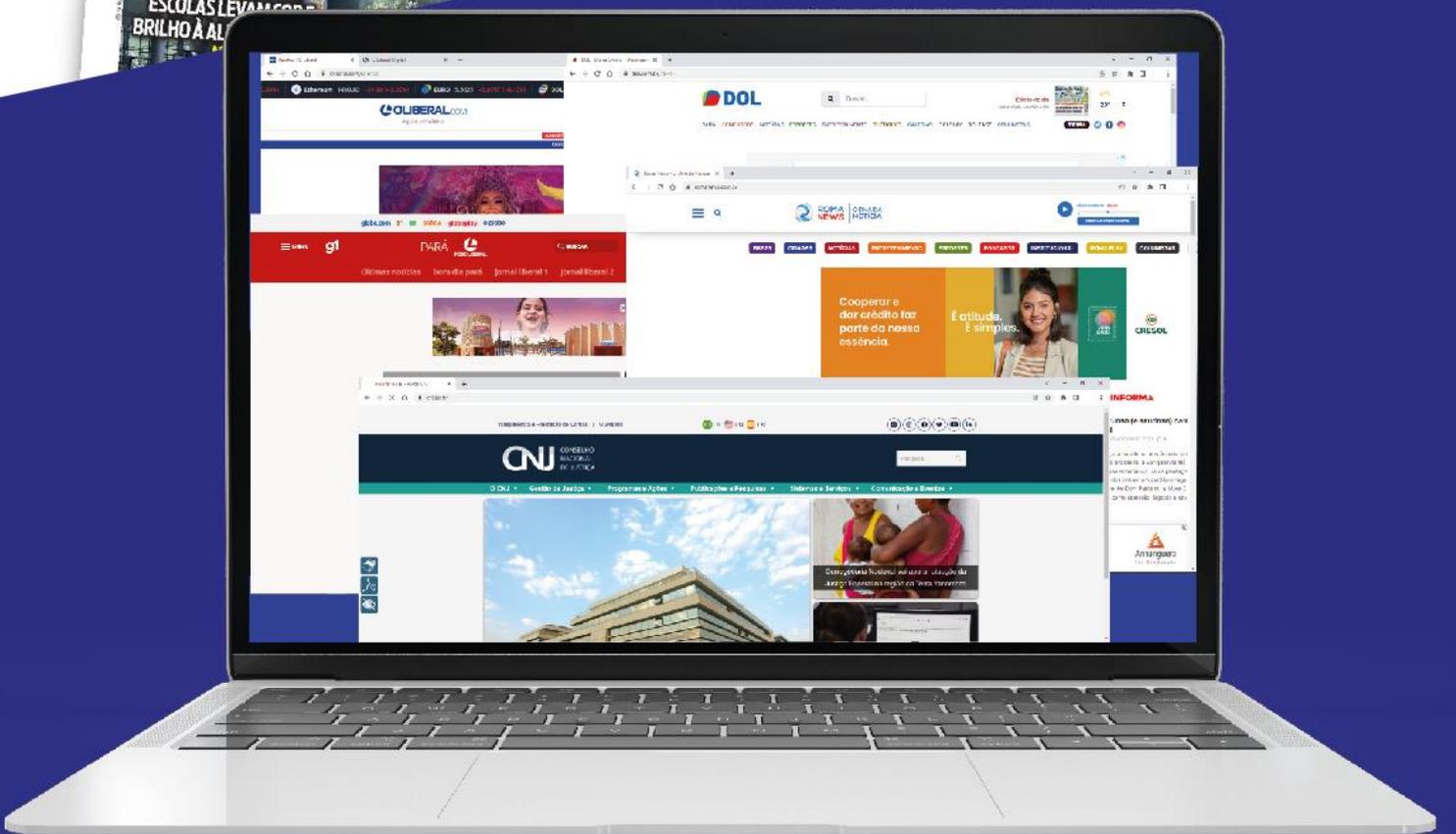




CLIPPING

Terça-feira
5 de Dezembro
de 2023



**RD REPÓRTER
DIÁRIO****PRAIAS**

Depois de Ação Civil Pública da Defensoria Pública do Estado, em defesa do meio ambiente, a Justiça Estadual, através da Vara única de Salinópolis, determinou que a prefeitura municipal elabore em até 15 dias um decreto para proibir a permanência ou circulação de garrafas de vidro nas praias do município. Segundo a defensora pública Jacqueline Loureiro, responsável pela ação, o documento foi elaborado a partir das iniciativas realizadas pela Defensoria em Salinas ao longo do ano de 2023, com o objetivo de reduzir a quantidade de lixo nas praias do município.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça manda proibir garrafas de vidro nas praias de Salinópolis

MEIO AMBIENTE

Após uma Ação Civil Pública da Defensoria Pública do Estado do Pará, em defesa do meio ambiente, o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), por meio do juiz Koury, titular da Vara única do município, determinou que a Prefeitura Municipal de Salinópolis elabore, no prazo máximo de 15 dias, um decreto para proibir a permanência ou circulação de garrafas de vidro na faixa de areia de todas as praias do município.

De acordo com a defensora pública Jacqueline Loureiro, responsável pela ação, o documento foi elaborado a partir das iniciativas realizadas pela Defensoria do Pará em Salinópolis ao longo do ano de 2023, com o objetivo de reduzir a quantidade de lixo nas praias do município.

"Eu tenho inúmeros relatos e fotos, tanto de crimes ambientais diretos quanto no caso dos turistas e munícipes, em que temos exemplos de pessoas que já se cortaram com ví-

dro ou tiveram pneus furados", destaca Jacqueline.

A defensora cita, ainda, que "a própria ação tem inúmeros motivos para justificar essa atitude. Primeiro que nós tentamos trabalhar a educação ambiental nas praias, mas infelizmente não foi suficiente. Então, por hora, não vejo outra saída senão penalizar para promover a mudança de hábitos e dessa "cultura" de lixo nas praias", conclui.

Ao longo do mês de julho deste ano, a Defensoria Pública do Pará desen-

volveu uma série de atividades em Salinópolis, que é um dos destinos mais procurados pelos veranistas no período das férias, a fim de alertar e educar sobre os perigos do descarte irregular nas praias.

Dentre as iniciativas estão a Ecocaminhada e o "1º Ciclo de Palestras sobre Cidadania Ambiental: Defensoria por praias limpas". Além disso, pela primeira vez a Defensoria paraense contou com espaço próprio na Praia do Atalaia, a Barraca da Ecocidania.



Objetivo é reduzir a quantidade de lixo nas praias do município
FOTO: WAGNER SANTANA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PRISÃO PREVENTIVA PRESO SUSPEITO DE EXTORSÃO E SEQUESTRO

Terceira fase da Operação Kidnap ocorreu ontem em Belém e botou em cana mais um suspeito de envolvimento com organização criminosa que atua em Igarapé-Miri. Outras 4 pessoas já haviam sido presas

SEGURANÇA

J R Avelar

A Polícia Civil do Estado do Pará, através da Delegacia de Repressão a Roubos a Banco e Antissequestro, subordinada à Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), em continuidade à “Operação Kidnap” e após intenso trabalho de inteligência e investigação de campo, deflagrou a 3ª fase da operação, que resultou na prisão preventiva de Lucas Edivam Lobato Correa.

A 3ª fase da operação aconteceu na manhã de ontem (04), para desarticular uma organização criminosa que realizou extorsão mediante sequestro na cidade de Igarapé-Miri, na região nordeste do Pará, em fevereiro deste ano, tendo duas pessoas como vítimas.

Até agora a “Operação Kidnap” cumpriu onze mandados de busca e apreensão, cinco prisões preventivas, duas intervenções policiais, e apreendeu duas armas de fogo e um veículo.

Durante as investigações foram presos Clayton Expedido da Cruz e Lucas Abreu de Oliveira, Debora Costa Gonçalves, Josiel

da Costa Lobato e, ontem, Lucas Edivam Lobato Correa.

Dois intervenções policiais com resultado morte foram registradas durante a operação, tendo como vítimas Benoniel Nahum de Oliveira e Alaf Sousa Ladislau.

A participação e conduta de Lucas Edivam Lobato Correa nos crimes se encontram sob sigilo visando resguardar o trabalho das investigações. O preso foi encaminhado para a DRCO para a confecção dos procedimentos de praxe, e o mesmo já se encontra à disposição da justiça.

O delegado responsável pelo inquérito informou que as investigações terão seguimento até que todos os envolvidos sejam presos e o crime de sequestro em Igarapé-Miri totalmente desvendado.



O suspeito preso foi encaminhado para a sede da DRCO e já se encontra à disposição da Justiça. FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No Pará, Comarca de Marabá recebe ações de Justiça Restaurativa

🕒 4 de dezembro de 2023 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



Foto: Ascom TJPA

Compartilhe

A Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) iniciou com uma palestra da juíza coordenadora Betânia de Figueiredo Pessoa realizada nesta segunda-feira (4/12), ações de disseminação de práticas restaurativas na Comarca de Marabá, a serem realizadas até a quarta-feira (6/12).

O objetivo é disseminar os valores e práticas da Justiça Restaurativa como ferramentas para tratamento dos fatores motivadores de conflitos e violências,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

tendo como foco a responsabilização e reparação dos danos e necessidades dos envolvidos, de modo a se evitar a incidência de novos atos danosos e promover a pacificação social.

Nesta segunda-feira, 4, a coordenadoria realiza uma reunião de apresentação, com participação de juízes, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP) e Universidade de Carajás. Em seguida, promove círculos de diálogo com servidores e servidoras da Comarca. Haverá uma visita ao Prefeito de Marabá e à Secretaria de Assistência, além de sensibilização com MP, DP. Rede de Proteção do Município e servidores.

O segundo dia de programação terá uma visita Institucional à FASEPA e realização de Círculo de Diálogo com gestores, equipe técnica e monitores da Infância e Juventude, Promotoria, Defensoria, MP, DP, OAB e toda rede. A equipe também visitará a DRE e realizará Círculos de Diálogos com gestores, técnicos e diretores das escolas de Marabá. No último dia, 6, professores e equipe técnica pedagógica da Universidade Carajás participarão de Círculos de Diálogos com escolas de Marabá.

A CJR realiza a programação em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), que tem à frente a desembargadora Dahil Paraense de Souza.

A Política Nacional de Justiça Restaurativa, materializada no artigo 5º da [Resolução n. 225/2016](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece como atribuição dos Tribunais desenvolver plano de difusão divulgação, expansão implementação e acompanhamento de Programa de Justiça Restaurativa em âmbito estadual. O CNJ definiu 2023 como o Ano da Justiça Restaurativa na Educação. Desde abril a CJR compõe um grupo de trabalho para implementação da Justiça como Política Estadual de educação no Pará.

Fonte: [TJPA](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça manda proibir garrafas de vidro em praias de Salinas

Objetivo é reduzir a quantidade de lixo nas praias do município de Salinópolis-PA

terça-feira, 05/12/2023, 08:23 - Autor: Wesley Costa/RBA



Trabalho é para prevenir o meio ambiente e evitar acidentes | Renata Costa/Ascom Polícia Militar

pós uma Ação Civil Pública da Defensoria Pública do Estado do Pará, em defesa do meio ambiente, o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), por meio do juiz Koury, titular da Vara única do município, determinou que a Prefeitura Municipal de Salinópolis elabore, no prazo máximo de 15 dias, um decreto para proibir a permanência ou circulação de garrafas de vidro na faixa de areia de todas as praias do município.

De acordo com a defensora pública Jacqueline Loureiro, responsável pela ação, o documento foi elaborado a partir das iniciativas realizadas pela Defensoria do Pará em Salinópolis ao longo do ano de 2023, com o objetivo de reduzir a quantidade de lixo nas praias do município.

“Eu tenho inúmeros relatos e fotos, tanto de crimes ambientais diretos contra a vida marinha, quanto no caso dos turistas e munícipes, em que temos exemplos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de pessoas que já se cortaram com vidro ou tiveram pneus furados”, destaca Jacqueline.

A defensora cita, ainda, que “a própria ação tem inúmeros motivos para justificar essa atitude. Primeiro que nós tentamos trabalhar a educação ambiental nas praias, mas infelizmente não foi suficiente. Então, por hora, não vejo outra saída senão penalizar para promover a mudança de hábitos e dessa “cultura” de lixo nas praias”, conclui.

Ao longo do mês de julho deste ano, a Defensoria Pública do Pará desenvolveu uma série de atividades em Salinópolis, que é um dos destinos mais procurados pelos veranistas no período das férias, a fim de alertar e educar sobre os perigos do descarte irregular nas praias.

Dentre as iniciativas estão a Ecocaminhada e o “1º Ciclo de Palestras sobre Cidadania Ambiental: Defensoria por praias limpas”. Além disso, pela primeira vez a Defensoria paraense contou com espaço próprio na Praia do Atalaia, a Barraca da Ecocidania.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Prefeitura de cidade turística do Pará tem 15 dias para proibir garrafas de vidro na faixa de areia das praias

Após determinação da Justiça, Prefeitura de Salinópolis tem prazo máximo de 15 dias para elaborar um decreto sobre a proibição. Cidade é um dos locais mais procurados pelos paraenses no mês de julho.

Por g1 Pará — Belém
04/12/2023 19h32 · Atualizado há 13 horas



Salinópolis. Praia do atalia. — Foto: Kleydson Oliveira/Divulgacao

A Justiça do Pará determinou que a Prefeitura de [Salinópolis](#) elabore um decreto para proibir a presença de garrafas de vidro na faixa de areia de todas as praias do município. A administração tem prazo máximo de 15 dias para elaborar a medida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A decisão liminar (provisória) do juiz Antonio Carlos Koury foi publicada no dia 29 de novembro e atendeu uma ação movida pela Defensoria Pública do Pará (DPE). O **g1** tentou contato com a administração de Salinópolis, mas não conseguiu retorno.

"O acúmulo de resíduos, notadamente garrafas de vidro, compromete a preservação ambiental, causando danos à fauna, flora e à qualidade de vida da população, bem como o risco de acidente com as garrafas/utensílios de vidro quebrados", diz o juiz.

Na decisão, ficou determinado também que a Prefeitura de Salinópolis adote medidas efetivas para evitar o acúmulo de resíduos sólidos nas faixas de areias das praias, no prazo de 30 dias, a partir da publicação do decreto.

Segundo a defensora pública Jacqueline Loureiro, responsável pela ação, o objetivo da ação civil pública é reduzir a quantidade de lixo nas praias do município. Em caso de descumprimento, a multa diária é de R\$ 10 mil reais.

"Tentamos trabalhar a educação ambiental nas praias, mas infelizmente não foi suficiente. Então, por hora, não vejo outra saída senão penalizar para promover a mudança de hábitos e dessa "cultura" de lixo nas praias", afirmou.

Jacqueline Loureiro afirma que há inúmeros relatos e fotos, tanto de crimes ambientais diretos contra a vida marinha, quanto no caso de turistas e munícipes, de pessoas que já se cortaram com vidro ou tiveram pneus furados.

Destino mais procurado

Salinópolis, localizada no nordeste do Pará, é um dos locais mais procurados pelos paraenses no mês de julho, período de férias e de alta temporada do chamado verão amazônico, quando chove menos na região Norte do país.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Reprodução

Relembre casos envolvendo lixo nas praias de Salinópolis após Justiça determinar criação de decreto contra garrafas de vidro

POR CASSIO LEAL | 04 DE DEZ DE 2023, 19:10

Após o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ-PA) determinar que a Prefeitura Municipal de [Salinópolis](#) elabore um [decreto para proibir a permanência ou circulação de garrafas de vidro na faixa de areia de todas as praias do município](#), reacendeu o debate sobre a questão, e o portal Roma News separou algumas situações envolvendo a polêmica do lixo no município paraense.

Em julho deste ano, a Defensoria Pública do Estado (DPE) [lançou uma cartilha educativa para conscientizar os frequentadores das praias de Salinas](#), com informações educativas para evitar o despejo irregular de lixo.

O lançamento ocorreu antes da alta temporada, porém, não foi o suficiente para conscientizar os frequentadores, da grande problemática que as praias do município enfrentam, principalmente na praia do Atalaia, que concentra maior número de pessoas que vão ao local para se divertir e aproveitar as férias.

Flagrantes

Já na segunda semana das férias escolares de julho, [foram registrados vários flagrantes de lixo espalhado pela praia](#) após veranistas que frequentavam o local, despejarem garrafas de vidro, sacolas plásticas, entre outros, no Atalaia.

O prefeito de Salinópolis, Carlos Alberto Filho (PL), chegou a gravar um vídeo, compartilhado em suas redes sociais, fazendo um apelo aos veranistas para que recolhessem o lixo produzido. “Eu faço um apelo a todos as pessoas que gostam de curtir a praia: levem suas garrafas de vidro, não deixem no chão. A gente conseguiu ficar um final de semana sem vidro na praia, e é triste as notícias que a gente vê nos jornais do amanhecer no Atalaia. Então nos ajude a manter a praia limpa, nos ajude a preservar a natureza”, pedia.

Projeto de Lei

Após o primeiro caso registrado, de milhares de garrafas de vidro que ficaram acumuladas, um projeto de lei foi protocolado na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa).

O projeto de lei, cujo objetivo é proibir o uso de [garrafas de vidro](#) do tipo “long neck” nas praias do Pará, [foi protocolado na Assembleia Legislativa do Pará \(Alepa\)](#) pelo deputado Rogério Barra (PL).

“Na Assembleia Legislativa, estamos protocolando o Projeto de Lei, que proíbe a utilização de garrafas do tipo long neck nas praias de todo o estado, liberando o uso exclusivo de latinhas, que ainda podem gerar renda para os catadores que circulam pelas praias”, afirmou o deputado em postagem na rede social no último sábado, 22.

Outro caso registrado

Mesmo após o lançamento da cartilha educativa, do apelo do prefeito de evitar deixar os lixos nas praias, e do anúncio do Projeto de Lei, não foi o suficiente para conscientizar as pessoas da problemática e do impacto que o lixo causa ao meio ambiente.

O último final de semana das férias de julho terminou com as tristes imagens do rastro de [lixo deixado por veranistas, que frequentaram a praia do Atalaia](#), em Salinópolis

[As imagens impressionam pela quantidade de lixo deixado por pessoa](#) que passam a noite curtindo na praia. E mesmo com a intensificação da prefeitura de Salinópolis e pelo Governo do Pará, em orientar e incentivar o descarte correto do lixo, não foi o suficiente para os veranistas criarem consciência dos impactos ambientais do descarte da praia.

Determinação

Agora, a Justiça determinou que a Prefeitura Municipal de [Salinópolis](#) elabore, no prazo máximo de 15 dias, um decreto para proibir a permanência ou circulação de garrafas de vidro na faixa de areia de todas as praias do município. O caso foi determinado após a justiça acata uma Ação Civil Pública da Defensoria Pública do Estado do Pará. Conforme a defensora pública Jacqueline Loureiro, responsável pela ação, o documento foi elaborado a partir das iniciativas realizadas pela Defensoria do Pará em Salinópolis ao longo do ano de 2023, visando reduzir a quantidade de lixo nas praias do município.



Foto: Reprodução

Justiça determina que prefeitura de Salinópolis proíba garrafas de vidro nas praias

POR ROMA NEWS | 04 DE DEZ DE 2023, 14:41

O Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) determinou que a Prefeitura Municipal de [Salinópolis](#) elabore, no prazo máximo de 15 dias, um decreto para proibir a permanência ou circulação de garrafas de vidro na faixa de areia de todas as praias do município. O caso foi determinado após a justiça acata uma Ação Civil Pública da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Conforme a defensora pública Jacqueline Loureiro, responsável pela ação, o documento foi elaborado a partir das iniciativas realizadas pela Defensoria do Pará em Salinópolis ao longo do ano de 2023, visando reduzir a quantidade de lixo nas praias do município.

“Antes de iniciarmos qualquer tipo de demanda judicial, eu vinha estudando e pesquisando muito sobre o assunto. Eu tenho inúmeros relatos e fotos, tanto de crimes ambientais diretos contra a vida marinha, quanto no caso dos turistas e munícipes, em que temos exemplos de pessoas que já se cortaram com vidro ou tiveram pneus furados”, destaca Jacqueline.

A defensora cita, ainda, que “a própria ação tem inúmeros motivos para justificar essa atitude. Primeiro que nós tentamos trabalhar a educação ambiental nas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

praias, mas infelizmente não foi suficiente. Então, por hora, não vejo outra saída senão penalizar para promover a mudança de hábitos e dessa “cultura” de lixo nas praias”, conclui.

Ecocidadania

Ao longo do mês de julho deste ano, a Defensoria Pública do Pará desenvolveu uma série de atividades em Salinópolis, que é um dos destinos mais procurados pelos veranistas no período das férias, a fim de alertar e educar sobre os perigos do descarte irregular nas praias.

Dentre as iniciativas estão a Ecocaminhada e o “1º Ciclo de Palestras sobre Cidadania Ambiental: Defensoria por praias limpas”. Além disso, pela primeira vez a Defensoria paraense contou com espaço próprio na Praia do Atalaia, a Barraca da Ecocidadania. No local, além de atendimento jurídico e emissão de documentos, foram distribuídos kits sustentáveis e promovidas ações de educação em direitos e educação ambiental. O espaço funcionou ainda como posto de acolhimento para crianças perdidas dos responsáveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br